

Realização



Pacto Global
Rede Brasil

Knowledge Partner

accenture

FÓRUM PARA FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Nota técnica | Situação, desafio e visão



Objeto e abordagem

Esta nota consolida as principais percepções discutidas no fórum sobre os efeitos da Resolução CVM nº 244 e o futuro do disclosure de sustentabilidade no Brasil. O texto foi organizado sob a lógica de situação, desafio e visão, e não constitui ata nem reprodução literal das manifestações. O encontro adotou regras Chatam House, em que as manifestações expressadas não são pessoalizadas e citadas neste documento.

As referências a convergências, preocupações e alternativas refletem a síntese do debate sob regra de não atribuição. Não representam, necessariamente, consenso integral nem posicionamento institucional individual dos participantes.

Participantes

O fórum, que aconteceu no dia 08 de julho de 2026, na sede da Accenture, na cidade de São Paulo, reuniu 10 empresas participantes do Pacto Global da ONU – Rede Brasil, representados por profissionais das áreas de risco, contábil e financeiro. O encontro seguiu o modelo de roundtable, com provocações iniciais de membros do Comitê Consultivo do Fórum, como: Denise Hills, Luiz Pires, Vânia Borgeth e o palestrante convidado, Marcelo Barbosa.



Highlights do encontro



IFRS S1 e S2 foram tratados como instrumentos de gestão, governança e alocação de capital, e não apenas como obrigação de compliance.



A ausência de disclosure não elimina a avaliação do risco: investidores, bancos e analistas tendem a suprir lacunas com premissas mais conservadoras.



A Resolução CVM nº 244 foi percebida por diversos participantes como uma mudança abrupta, que reduziu previsibilidade e criou assimetrias entre empresas, setores e reguladores.



O retorno ao voluntarismo pode desmobilizar projetos, reduzir a massa crítica de relatórios e dificultar comparabilidade e aprendizado setorial.



O debate apontou espaço para uma solução intermediária, tecnicamente fundamentada, proporcional e coordenada entre reguladores, mercado e entidades representativas.



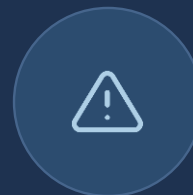
Situação

O encontro integrou uma agenda mais ampla, com previsão de novas discussões sobre indicadores financeiros para sustentabilidade, business cases e a relação entre disclosure, investidores e bancos. Também foi informado que os debates seriam consolidados em notas técnicas, preservada a identidade dos participantes.

A discussão partiu da Resolução CVM nº 193 e da adoção dos padrões IFRS S1 e S2. No debate, esses padrões foram compreendidos não apenas como agenda regulatória, mas como instrumentos para reduzir assimetrias de informação, qualificar a gestão de riscos e apoiar decisões de alocação de capital. Para investidores, analistas, bancos e gestores, a padronização favorece a comparação entre empresas e a avaliação mais consistente de riscos, oportunidades e capacidade de geração de valor.

Houve ampla valorização da transparência, da previsibilidade e da comparabilidade. Foi ressaltado que investidores, bancos e analistas já incorporam, em diferentes graus, riscos climáticos, sociais e de cadeia de valor em suas análises. Quando a empresa não fornece informação suficiente, terceiros podem adotar premissas mais conservadoras, ampliando a incerteza e a percepção de risco.

Também se destacou que a utilidade do reporte não se limita ao usuário externo. O processo demanda controles, governança e integração entre sustentabilidade, finanças, contabilidade, riscos e estratégia, podendo revelar exposições antes que se convertam em crises. Instituições financeiras, por sua vez, seguem sujeitas a exigências próprias e precisam avaliar a exposição de suas carteiras, o que tende a ampliar a demanda por dados consistentes de clientes e emissores.



Desafio

A Resolução CVM nº 244, ao substituir a obrigatoriedade por um regime de “relate ou explique”, foi percebida por grande parte dos participantes como uma ruptura abrupta do caminho construído desde a Resolução nº 193. A preocupação central não se limitou ao mérito da flexibilização, mas alcançou o processo: a mudança ocorreu próxima da entrada em vigor da obrigação, depois de empresas já terem mobilizado orçamento, consultorias, equipes e estruturas internas.

Segundo os relatos, a alteração reduziu previsibilidade e criou assimetrias. Instituições financeiras continuam sujeitas às exigências do Banco Central, enquanto companhias abertas passaram a operar sob um regime voluntário. Empresas com obrigações internacionais, acesso a capital externo ou compromissos com investidores também permanecem pressionadas a divulgar. O mercado pode, assim, conviver com níveis muito distintos de informação, dificultando comparações e análises setoriais.

Participantes apontaram ainda possíveis efeitos sobre empresas que haviam aderido antecipadamente. Outro risco identificado foi a perda de massa crítica. Antes da mudança, estavam em curso iniciativas de treinamento, desenvolvimento de índices, análise de relatórios e comparação entre setores. Após a flexibilização, algumas empresas teriam suspenso ou reavaliado projetos, reduzindo o volume potencial de divulgações e a capacidade de construir referências comuns.

O debate também reconheceu desafios concretos do reporte. A mensuração de riscos climáticos, sobretudo físicos, depende da localização de ativos, de cenários de longo prazo e de metodologias ainda em evolução. Há ainda tensão entre transparência e competitividade. Nesse contexto, foi destacado que a IFRS S1 prevê tratamento específico para determinadas informações cuja divulgação possa prejudicar seriamente a posição competitiva da companhia, sujeito às condições da norma e à adequada sustentação da conclusão.

Visão



A principal aspiração identificada foi a construção de uma alternativa intermediária, capaz de restaurar previsibilidade sem ignorar custos e dificuldades de implementação. O objetivo não seria simplesmente retornar ao modelo anterior ou manter a situação atual, mas estabelecer uma transição tecnicamente fundamentada, proporcional e acompanhada de orientações claras, preservando, na medida do possível, os investimentos já realizados.

Foi defendida maior coordenação entre empresas, associações, investidores, bancos, órgãos técnicos, auditores e demais instituições. Eventuais propostas ao regulador deveriam refletir o trabalho técnico acumulado e apresentar alternativas concretas, com cronograma, critérios de proporcionalidade e tratamento para empresas em diferentes estágios de maturidade. Também se mencionou a necessidade de uma liderança capaz de reunir interesses distintos e organizar uma recomendação comum.

No plano empresarial, a expectativa foi que companhias mais preparadas não tratassem a Resolução nº 244 como razão automática para abandonar a agenda. Mesmo sem obrigação imediata, o reporte pode demonstrar diligência e maturidade na gestão de riscos, apoiar o diálogo com investidores e credores e facilitar o acesso a capital, inclusive internacional e multilateral. Para bancos, mais informação reduz incerteza; para empresas, permite transformar preparação e capacidade técnica em diferencial competitivo.

O resultado almejado é um ambiente em que sustentabilidade e clima sejam tratados como temas econômicos e estratégicos, integrados à gestão de riscos, ao CAPEX, à infraestrutura e à alocação de recursos. A padronização deve funcionar menos como exercício formal e mais como base para decisões melhores, comparabilidade, credibilidade e resiliência. O fórum foi apresentado como parte desse processo, com a intenção de manter o grupo mobilizado e contribuir para uma via de convergência no mercado brasileiro.



POV **accenture**

Da conformidade regulatória à gestão integrada de valor

A discussão sobre IFRS S1 e S2 não deve ser reduzida à escolha entre obrigação e voluntarismo. A flexibilização regulatória altera o ritmo e o nível de exigência, mas não elimina a materialidade econômica dos riscos nem a demanda de investidores, bancos e mercados internacionais por informações consistentes. A oportunidade está em converter o esforço de reporte em capacidade permanente de decisão.

POV ACCENTURE



Implicações para CFOs e áreas de Finanças

- Assumir a orquestração entre sustentabilidade, contabilidade, riscos, relações com investidores, operações e planejamento financeiro.
- Traduzir riscos e oportunidades em efeitos sobre receita, custos, CAPEX, fluxo de caixa, acesso a capital e resiliência do negócio.
- Definir controles, responsabilidades e níveis de asseguração compatíveis com a materialidade e com a maturidade da organização.



Implicações para as empresas

- Preservar o valor já mobilizado em diagnósticos, dados, processos, ferramentas e capacitação, ainda que o cronograma regulatório seja revisto.
- Priorizar riscos e oportunidades materialmente relevantes, documentar premissas e lacunas e integrar os resultados aos processos de investimento e gestão.
- Evitar que o reporte se torne exercício isolado: a divulgação deve ser o produto visível de uma arquitetura de governança e decisão.

POV ACCENTURE



Implicações para o mercado

- Buscar uma transição coordenada e proporcional, que não penalize pioneiros nem inviabilize empresas com menor maturidade.
- Preservar comparabilidade e massa crítica suficientes para análises setoriais, índices, decisões de crédito e alocação de capital.
- Organizar o diálogo institucional a partir de propostas técnicas concretas, e não apenas de posições favoráveis ou contrárias à obrigatoriedade.



Direcionamento Accenture

A resposta mais robusta combina continuidade pragmática e proporcionalidade. As empresas devem manter um roadmap compatível com sua exposição, maturidade e ambição, usando o trabalho de disclosure para fortalecer dados, governança e tomada de decisão. Paralelamente, a articulação institucional deve buscar previsibilidade, critérios comuns e tratamento adequado para diferentes perfis de empresa.



Síntese: a regulação pode definir o ritmo, mas a materialidade econômica deve definir a ambição. O diferencial estará em usar o processo de disclosure para reduzir incertezas, melhorar decisões e direcionar capital para estratégias mais resilientes.



POV



Pacto Global
Rede Brasil

Da agenda regulatória à agenda de compromisso público

O debate sobre a Resolução CVM nº 244 não deve ser lido apenas pela ótica da obrigatoriedade regulatória. Para as mais os 2 mil participantes do Pacto Global no Brasil, a divulgação de informações de sustentabilidade é parte de um compromisso voluntário e público assumido, anterior e independente de qualquer resolução da CVM, de reportar avanços em relação aos Dez Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A flexibilização regulatória muda o piso legal, mas não reduz essa responsabilidade assumida voluntariamente perante a sociedade.

POV PACTO GLOBAL DA ONU – REDE BRASIL



Implicações para as empresas participantes do Pacto Global da ONU – Rede Brasil

- Manter e fortalecer a Comunicação de Progresso (CoP) como compromisso já assumido, independentemente da obrigatoriedade de disclosure financeiro definida pela CVM.
- Conectar os indicadores financeiros de sustentabilidade (IFRS S1/S2) aos ODS já priorizados pela empresa, evitando que o reporte financeiro e o reporte de impacto caminhem em paralelo sem diálogo entre si.
- Utilizar o período de transição regulatória para amadurecer a governança interna de dados de sustentabilidade, fortalecendo também a qualidade da CoP anual.

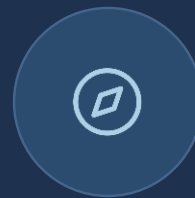


Implicações para o mercado e para a agenda de sustentabilidade no Brasil

- Preservar o Brasil como protagonista global na agenda de sustentabilidade corporativa, papel construído ao longo de duas décadas de mobilização de empresas signatárias e reconhecido internacionalmente.
- Evitar que a pausa regulatória seja lida como recuo do compromisso brasileiro com a Agenda 2030, em um momento de atenção internacional redobrada sobre a posição do país no tema.
- Fortalecer espaços plurais e tecnicamente qualificados de diálogo entre empresas, reguladores, investidores e sociedade civil, function que o Pacto Global da ONU – Rede Brasil historicamente cumpre como convocador neutro entre pares.

POV PACTO GLOBAL DA ONU – REDE BRASIL

Direcionamento Pacto Global da ONU – Rede Brasil



O papel da Rede Brasil neste momento é o de sustentar a continuidade do diálogo técnico entre lideranças financeiras, independentemente do ritmo da regulação, e de lembrar que a adesão ao Pacto Global da ONU é, em si, um compromisso de transparência que não se condiciona a exigências externas. O Fórum para Finanças Sustentáveis segue como espaço vivo dessa mobilização, com continuidade prevista para os próximos encontros do ciclo.



Síntese: a regulação pode ir e vir, mas o compromisso das empresas signatárias com a Agenda 2030 é permanente, e cabe ao Pacto Global da ONU - Rede Brasil manter viva a conversa que sustenta esse compromisso na prática.

Realização



Pacto Global
Rede Brasil

Knowledge Partner

accenture

Fórum para Financiamento Climático

Nota técnica | Situação, desafio e visão